

A INVISIBILIDADE DA INFÂNCIA: A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Estefânia Coelho Chicarelli¹; Marcia Cristina Argenti Perez²

¹Graduanda em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara, SP. Membro do GEPIFE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização, Programa Ações afirmativas Reitoria UNESP. E-mail: estefaniachicarelli98@gmail.com; ²Professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara, SP. Coordenadora do GEPIFE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização (UNESP/CNPq). E-mail: marciacap@fclar.unesp.br

Resumo

O objetivo da presente pesquisa é o desenvolvimento de um estudo teórico sobre o processo de transição da criança nas práticas pedagógicas na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A metodologia envolve o levantamento de estudos realizados na última década sobre a passagem da criança entre os referidos segmentos da escolarização brasileira, além do estudo de documentos oficiais do MEC. Dentre os principais resultados destacamos que os estudos analisados revelam que as atividades pedagógicas propostas em ambos os níveis são marcadas pela ruptura na transição, desconsideração da ludicidade nas práticas pedagógicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, falta de estratégias de integração de uma proposta de entendimento do processo de aquisição da leitura e escrita, articulando conhecimentos acerca das faixas etárias envolvidas aos profissionais atuantes, poucas propostas de formação inicial e continuada para desenvolverem a transição no processo de escolarização da criança, além da dificuldade de trazer a teoria para a prática no cotidiano das escolas, com enfoque nos documentos oficiais do MEC. Concluímos de forma preliminar que os estudos defendem uma (re) significação nas propostas pedagógicas de transição da criança na Educação Infantil para o Ensino Fundamental com base na valorização de atividades lúdicas como formas de escuta da infância e de efetivação dos processos de aprendizagem direcionados nas relações de ensino-aprendizagem nos contextos estudados.

Palavras-chaves: Infância. Educação Infantil. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Políticas Públicas. Transição.

Introdução

A democratização do ensino e o acesso da criança à escola foi um grande avanço na história da educação brasileira, representando uma bela conquista de direitos apontados desde a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o Ensino Fundamental é uma das etapas com certa importância da Educação Básica, e vem sendo colocado pelos documentos oficiais do Ministério da Educação (o MEC) como um período de estudos de índole básica para formação do indivíduo em si. A ampliação do ensino para nove anos, pela Lei 11.274/2006, onde a matrícula da criança obrigatoriamente é aos seis anos de idade em turmas de primeiro ano do

Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Arminda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000

www.usc.br

ensino fundamental em todo o Brasil, tanto no ensino público como no particular. Destarte, foi de responsabilidade das escolas fazer essa tal mudanças. Inconvenientemente, podemos destacar que com o ensino fundamental de 9 anos, há luxação e descaracterização da Educação Infantil, com uma certa desvalorização da Infância.

Metodologia

A metodologia envolve o levantamento de estudos realizados na última década sobre a passagem da criança entre os referidos segmentos da escolarização brasileira, que demonstram uma ruptura da Infância, entre a transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, além do mais podemos ver que os documentos oficiais do MEC, só levam em relevância o brincar e a infância, a partir dos documentos desenvolvidos no final da década de 1990, o que é mesmo depois de duas décadas, pouco destacado, especialmente para o Ensino Fundamental.

O aumento de um ano do ensino fundamental, que anteriormente tinha oito anos e atualmente tem nove anos, significa para as gestões governamentais, uma possibilidade de aumentar a excelência da aprendizagem da aprendizagem, letramento e leitura, que são totalmente componentes priorizados, sem se preocupar com a criança e a infância, algo cada vez mais comum. Atualmente a infância tem sofrido um processo de desaparecimento cada vez mais constante, por conta de sua constituição histórica em seu mundo cultural e social. Esse processo de iluminação-ocultação, tem se uma perspectiva adulta centrada nas vivências, culturas e representações das crianças, o que consequentemente nos oculta o conhecimento delas. Nessa perspectiva, estudos atuais sobre infância em plena constituição, defendem a "não adultização" da infância, sendo assim esses estudos, uma condição fundamental para um melhor entendimento referente a infância.

Resultados e Discussão

A criança é considerada num olhar adultocêntrico sobre infância como um não-adulto (um humano não completo), para o adulto as particularidades e as necessidades da infância não têm tanta importância assim, como podemos ver com a substituição do brincar das crianças pelas atividades de alfabetização. A organização escolar, muitas vezes não conseguem ou não quer, promover atividades didáticas prazerosas para as crianças, ocasionando um certo distanciamento daquele "brincar" da educação infantil, assim afetando a aprendizagem e até mesmo a concepção do que é escola para várias dessas crianças, que estão ainda iniciando a sua vida escolar.

Assim sendo, a infância não é a idade da não fala: todas as crianças, desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) pelas quais se expressam. [...] A infância não é a idade do não trabalho: todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus cotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas ou na rua. A infância não vive a idade da não infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche. (SARMENTO, 2008, p. 35 e 36)

Há uma certa despreocupação ou até mesmo desconhecido por parte das gestões educacionais sobre como essa transição pode se tornar traumática no desenvolvimento das crianças, já que elas acabam sendo pressionadas tanto pela escola como por suas famílias a desenvolverem cada vez mais cedo em suas atividades escolares, sem se preocupar com suas necessidades e particularidades em relação ao mundo e suas descobertas, assim sendo desprezado o "brincar" algo natural e essencial para a criança em sua infância, desrespeitando as linguagens das crianças com uma educação mais formal e tradicional, com disciplina, metas e apostilas a serem cumpridas. Muitos documentos oficiais das entidades governamentais destacam a prática do brincar no meio educacional, só que na prática isso não ocorre e nem é prioridade, o que é prioridade mesmo é a alfabetização mesmo contra a vontade da criança, considerada então como um ser passivo, sem opinião e incapaz de promover experiências, não havendo assim uma relação harmoniosa entre aluno (a criança) e educador.

Com a ampliação do Ensino Fundamental, a entrada de crianças aos 6 anos de idade no Ensino Fundamental, sem os adequados requisitos didático- pedagógicos, como o currículo, tempo, espaços e a formação adequada dos docentes, podem causar certos prejuízos ao desenvolvimento infantil, afetando a Infância de cada criança.

A ampliação do Ensino Fundamental demanda, ainda, providências para o atendimento das necessidades de recursos humanos – professores, gestores e demais profissionais da educação – para lhe assegurar, dentre outras condições, uma política de formação continuada em serviço, o direito ao tempo para o planejamento da prática pedagógica, assim como melhorias em suas carreiras. Além disso, os espaços educativos, os materiais didáticos, o mobiliário e os equipamentos precisam ser repensados para atender às crianças com essa nova faixa etária no Ensino Fundamental, bem como à infância que já estava nessa etapa de ensino como oito anos de duração. (MEC, 2006, p. 06)

Mesmo com a indicação das necessidades de adaptações e a importância da valorização da Infância feita pelo MEC, depois de mais de dez anos não vemos isso na prática.

Conclusões

Podemos concluir de forma exordial através dos estudos que o aumento de um ano no Ensino Fundamental, e a perda de outro na Educação Infantil, temos um momento para ricochete sobre as práticas de alfabetização, no qual acreditamos ser mais importante pensarmos em como organizar o trabalho pedagógico de modo que favoreça a aquisição da língua escrita pela criança com influências lúdicas para que tenha uma certa aproximação com o brincar para a criança, ao invés de continuarmos a insistir em práticas ludibriadas que ainda perduram no contexto da escola e da criança no mundo contemporâneo. Com isso, não teremos o risco de ainda continuarmos a formar um grande número de alunos “copistas”, ao invés de crianças criativas e ativas no mundo. Vemos então uma educação com tais reformas, se tornando mais mercantilista, que quer apenas a aceleração do desenvolvimento

Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Arminda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000

www.usc.br

infantil por meio de práticas educativas, sem se preocupar com os valores humanitários, deixando desaparecer a melhor época da vida: a Infância.

Referências

BORBA, A. M. O brincar como um mundo de ser e estar no mundo. In: BRASIL. MEC/SEB/DPE/COEF. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006, p.33-46.

MARCONDES, Keila Hellen Barbato. **Continuidades e discontinuidades na transição da educação infantil para o ensino fundamental no contexto de nove anos**. 2012. 374 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012, p.19-66.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach. **Cadê o Brincar?: da educação infantil para o ensino fundamental**. São Paulo, Editora UNESP; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009.

FREITAG, Barbára. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Edart, 1977, p. 15-43.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELOS, Vera Maria R.; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: J&M Martins, 2007, p. 25-46.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, NorimarChriste. **Aprender com jogos e situações-problema**. Porto Alegre: Artmed, 2000, p.12-27.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas uma abordagem a partir da experiência interna**. Disponível em: <portal.unemat.br/media/files/ludicidade_e_atividades_ludicas.pdf> Acesso em: 07 de dezembro de 2017.